



O ENSINO DE HISTÓRIA E A LEI 10.639/03: A REPRESENTAÇÃO DA ÁFRICA NA ESCRITA DIDÁTICA

Autor: Daniel de Oliveira

(Mestrando pelo PPGH-UFPB e Professor de História na cidade de Caiçara-PB/danielcaicarapb@hotmail.com)

RESUMO: O presente trabalho é fruto da pesquisa que a gente desenvolve a respeito da Lei Federal 10.639/03 e sua inserção nos livros didáticos de História no Programa de Pós-Graduação em História na UFPB. Uma vez que a confecção do livro didático e a escolha dos conteúdos irão influenciar diretamente no processo de ensino-aprendizagem mediado pelo professor junto aos seus alunos. Tão logo, o manual didático precisa estar de acordo com as exigências legais. O tema em estudo é importante pelo aumento do espaço da discussão das 'minorias' a respeito de suas representações nos manuais didáticos, em especial as das pessoas negras; como também, os estudos acerca dos livros didáticos não é apenas um fenômeno intrínseco ao Brasil, mas é um objeto de estudo problematizado em diversos países. Metodologicamente escolhemos os livros que foram publicados depois da Lei 10.639/03, pois já temos uma produção alicerçada a respeito da África, dos africanos e de suas contribuições à cultura brasileira. Portanto, queremos analisar como vai sendo inserido estes conteúdos e como pode contribuir ou não para a valorização da cultura afro-brasileira.

Palavras-chave: Ensino de História, Lei 10.639/03, Livro didático de história, História da África.



INTRODUÇÃO

No dia 09 de janeiro do ano de 2003 foi promulgada a importante Lei Federal 10.639/03, e, que, posteriormente foi alterada pela Lei Federal 11.645/08, proclamada alguns anos depois, no dia 10 de março de 2008, ambas sancionadas pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). As referidas leis têm em comum a alteração da, também, Lei Federal 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases-LDB, “que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências”. (BRASIL. 2003). Desse modo, em seu Art. 1º a Lei 10.639/03 narra que:

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL. 2003).

Assim, portanto, o conteúdo de História da África e dos africanos tornam-se conteúdos obrigatórios nos estabelecimentos escolares brasileiros. Uma vez que anteriormente este conteúdo ficava a critério do professor. Desse modo, é interessante pesquisas que analisem a respeito de como o conteúdo de História da África e dos africanos são representados pelos manuais didáticos, pois na sala de aula temos alunos variados e com opções culturais diversas. Tão logo, dependendo de como o professor



faça a mediação dos conteúdos e dos quais estejam presente nos livros didáticos o professor pode reproduzir os estereótipos e a naturalização da inferiorização da população negra, brasileira e africana. Logo, o nosso objetivo é analisar as representações da África na coleção “*Saber e Fazer*” (2012), de Gilberto Coutrim e Jaime Rodrigues.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida metodologicamente através de alguns critérios eleitos por nós. Primeiro, fizemos o mapeamento da referência bibliográfica de livros didáticos de história, utilizados no Ensino Fundamental II, que foram editados depois do ano de 2003, ano marco da sanção da Lei Federal 10.639/03; tão logo, em seguida fomos à procura no intuito de adquirir diversas coleções, uma vez que estes manuais didáticos detêm o nosso objeto histórico e paralelamente seriam a nossa fonte de pesquisa para analisar como a África é e foi representada. Assim, conseguimos as seguintes coleções: “*Diálogos com a História*” (2004), de Kátia Corrêa Peixoto Alves; “*História – Sociedade & Cidadania*” (2009), Alfredo Boulos Júnior; “*Saber e fazer história*” (2012), Gilberto Coutrim e Jaime Rodrigues; “*Projeto Araribá: história*” (2006), Maria de Raquel Apolinário Melani.

Ao mesmo tempo que fomos encontramos algumas obras didáticas, as quais elegemos como nosso objeto de pesquisa, fez-se necessário a leitura da literatura dos livros didáticos que nos ajudassem a entender lógica da produção de um livro e os diversos sujeitos que interferem nessa construção. Portanto, na preocupação de construir conhecimento a respeito da forma como os conteúdos de História da África estão sendo inseridos nos manuais didáticos e se estão de acordo com a Lei Federal 10.639/03.

Em seguida, escolhemos o livro de história editado mais recente, isto é: “*Saber e*



fazer história” (2012), Gilberto Coutrim e Jaime Rodrigues. Tendo em vista que as pesquisas a respeito da História da África e da contribuição dos africanos para a história brasileira já tem-se consolidando.

Os capítulos eleitos foram: Capítulo 5 – África: Egito Antigo e o Reino de Cuxe (p.78-99), Saber e fazer história, 6º ano e têm 288 páginas; e o Capítulo 6 – Povos da África (106-125), Saber e fazer história, 7º ano e têm 256 páginas. Estes foram selecionados por questões metodológicas, como se trata de um artigo e é curto, não tem como explorar outros capítulos desses livros ou de outros manuais didáticos.

RESULTADO E DISCUSSÃO

As pesquisas centrada no livro didático ao passar dos anos ganha cada vez mais o interesse entre os pesquisadores, nas diversas áreas do conhecimento, como demonstra o pesquisador Kazumi Munakata.¹

Desse modo, a abordagem do livro didático como objeto de pesquisa, a partir dos anos de 1990 em diante, vem cada vez aumentando entre os estudiosos brasileiros. “No Brasil, o trabalho de Circe Bittencourt (1993) representou o impulso inicial da vasta produção das décadas seguintes, medida em que apresentou um conjunto de temas e abordagens que o objeto comportava para além da denúncia da ideologia” (MUNAKATA, 2012, p.183). Então, a sensibilidade dos pesquisadores em estudar o livro didático, como uma fonte histórica, ultrapassava o perímetro brasileiro. Nesse sentido o pesquisador Munakata (2012, p.182) descreve que “essa expansão de pesquisadores sobre o livro didático não foi apenas um fenômeno brasileiro, mas tendência internacional”. A respeito da conceituação do livro didático a professora Circe Bitterncourt continua:

A familiaridade com o uso do livro didático faz que seja fácil identificá-lo e estabelecer distinções entre ele e os demais livros. Entretanto, trata-se de

¹ A respeito das diversas possibilidades de pesquisa acerca do livro didático, consultar: MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Rev. bras. educ.**, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set/dez. 2012.



objeto cultural de difícil definição, por ser obra bastante complexa, que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo. Possui ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. É um objeto de “múltiplas facetas”, e para sua elaboração e uso existem muitas interferências (BITTENCOURT, 2009, p.301).

Como podemos ver o livro didático toma diversas facetas e mesmo para uma pesquisadora igual à professora Circe Bittencourt, que tem uma produção considerável a respeito do livro didático de história, torna-se difícil a conceituação do que seja o livro didático. Entretanto, ela demonstra que a construção do livro didático passa por diversos clivos e que isso vai afetar diretamente no produto, assim como cada livro traz consigo as expectativas e os anseios de cada momento histórico.

Tão logo, a produção do livro didático – de história – perpassa por diversas intenções e forças que afetam no resultado desse material didático. Portanto, os livros didáticos têm passado por diversas problematizações como objeto de interesse entre os estudiosos, além da música e da iconografia, por exemplos. Nessa direção concordamos com a professora Circe Bittencourt quando ela fala que “os discursos nos textos didáticos também têm sido analisados, sobretudo para identificar a manutenção de estereótipos sobre grupos étnicos” (BITTENCOURT, 2009, p. 305), e “a história das populações negras tal como aparece nos livros didáticos é igualmente objeto de investigação dos pesquisadores” (BITTENCOURT, 2009, p. 305). Nesse bojo de discursão estar presente a pesquisa a respeito da África e das contribuições dos africanos para o Brasil, tomando como fonte histórica o material didático utilizado pelo professor e se o qual estar de acordo com as exigências legais como a Lei Federal 10.639/03 e os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN’s de História.



Algumas considerações analíticas da Lei 10.639/03 na escrita didática de história: um estudo.

Em História da África, tratada em perspectiva positiva, não só de denúncia da miséria e discriminações que atingem o continente, nos tópicos pertinentes se fará articuladamente com a história dos afrodescendentes no Brasil serão abordados temas relativos: - ao papel dos anciões e dos *gritos* como guardiões da memória histórica; - à história da ancestralidade e religiosidade africana; - aos núbios e aos egípcios, como civilizações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade; - às civilizações e organizações políticas pré-coloniais, como os reinos de do Mali, do Congo e do Zimbabwe [...]. (BRASIL, 2005, p. 21)

Este pequeno texto foi extraído do documento das “*Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*” que demonstra os seus princípios e desdobramentos para que o preconceito a respeito da História da África e dos afrodescendentes sejam abalada pelo conhecimento da contribuição que ambos legou à cultura brasileira. Assim, a educação através do livro didático e do ensino de história podem ser importantes instrumentos para implementação da Lei 10.639/03. Entretanto, em muitos casos os livros didáticos trazem ou não demonstram a contribuição do continente africano para a cultura brasileira.

O livro de História do 6º ano demonstra que as culturas africanas faziam parte da Antiguidade, em especial o Egito Antigo, dando a sua localização: “o Egito localiza-se no nordeste da África; e a respeito do famoso Reino de Cuxe o livro didático traz:

Porém, o Egito não foi a única civilização africana da Antiguidade. Outras civilizações existiram no continente naquele período. Dentre elas, vamos destacar o Reino de Cuxe e seu povo, que desenvolveu uma rica cultura na



região da Núbia, ao sul do Egito e ao longo do rio Nilo (COTRIM; RODRIGUES, 2012, p. 78).

Desta forma, a citação de outra civilização, que emergiu durante a Antiguidade, além do Egito é uma forma de valorização da cultura africana e, principalmente, que a importância cultural do Reino de Cuxe percorre o vale do rio Nilo, influenciando outros povos africanos.

O vale do rio Nilo e sua fertilização enchia toda a região Nordeste da África de grandes colheitas, entretanto para que a agricultura fosse generosa os egípcios, isto é, os africanos, precisam de diversos conhecimentos para o bom proveito das 'dádivas' do Nilo. Desse modo,

Os egípcios construíram vários **canais de irrigação** para levar as águas do Nilo até as áreas afastadas de suas margens. Ergueram **diques** para armazenar a água e poder consumi-la na época das secas. Construíram **barragens** para proteger suas moradias quando as inundações eram muito fortes. A fertilidade do solo propiciada pelas cheias e vazantes do rio permitiu aos egípcios antigos desenvolverem uma **agricultura diversificada**. Produziam trigo, cevada, linho e uva, entre outros (COTRIM; ROGRIGUES, 2012, p.81).

O interessante é a gente notar que para conseguir os benefícios do rio Nilo citado pelos autores, os africanos egípcios tinham que ser detentor de diversos saberes, por exemplo: hidrografia, metalurgia, química, física, mineração, matemática e etc. Tudo isto era indispensável para domar um dos maiores rios do mundo, o Nilo. Desse modo, é interessante que o professor atente para estas questões quando for mediar o conhecimento a respeito das 'dádivas' do Nilo.

A respeito da civilização do Reino de Cuxe, o livro didático de História aponta:

Ao longo da história, as relações do Reino de Cuxe com o Egito foram marcadas por instabilidades. Houve períodos tanto de paz e cooperação quanto de guerras e turbulências. Em certas fases, o povo cuxita esteve submetido aos faraós egípcios. Mas em outros momentos, foram os cuxitas, através de seus "faraós negros", que dominaram o Egito. Por quase um século, os reis cuxitas (os chamados faraós negros) governaram de maneira unificada a Núbia e o Egito (COTRIM; ROGRIGUES, 2012,



p.81).

Desse modo, observamos que a temática da África estar sendo mais explorada, todavia não significa que os reinos Antigos do continente africano se resumem apenas ao Egito e ao Reino de Cuxe. A África é um continente marcado pela sua diversidade. E, portanto, como ocorre em outros continentes a África foi marcada por diversos fatos históricos em seu tempo e espaço, isto é, no decorrer da História. Tão logo, a história do continente africano não se resume apenas as localidades ou momentos que alguns autores de livros didáticos demonstram através do silenciamento do conteúdo. Assim, portanto, tem-se muito em que avançar, porém já visualizamos outros conteúdos além do Egito, o que demonstra já se tem algum avanço, porém muito pouco quando nos referimos ao conteúdo de História da África.

A temática da História e Cultura africana, no livro didático de História: Saber e fazer história, do 7º ano, que é demonstrada no 6º Capítulo – Povos da África. Este capítulo já envolve um recorte temporal distinto do que foi visto no manual do 6º ano. Agora estamos falando do século XI em diante. É momento da expansão islâmica, das grandes navegações e do tráfico negreiro, ou melhor, “os africanos escravizados, forçados a atravessar o Atlântico para trabalhar no Brasil, a partir do século XVI” (COUTRIM; RODRIGUES, 2012, p. 106).

Esse capítulo fala a respeito do reino de Gana, do Mali e “outras civilizações”, que cita o povos **iorobás**, conhecidos também como **nagôs**, o rei de **Daomé**, que era habitada pelos **fons** ou **jejes** (COUTRIM; RODRIGUES, 2012). Que os homens e mulheres jejes vão ser, em grande escala, traficadas para o Brasil, portanto contribuindo para a cultura brasileira. Entretanto, é bom destacar, que por diversos motivos, entre os quais editoriais, o espaço concedido a temática dos reinos africanos nesse período ficou muito estreito. Tendo em vista, que praticamente existe pequenos

resumos dos citados reinos africanos.

Tão logo, é importante a afirmação do professor Oliva quando ele denuncia que os livros didáticos de história acabam por resumir o conteúdo de história da África, conseqüentemente sintetiza a diversidade étnica-linguística dos africanos em *bantos* e *sudaneses*.

A diversidade e complexidade dos povos africanos ficam nublados ao realizarmos este imperfeito fatiamento da África. Os alunos, ao terem contanto com esta simplista leitura passam a reproduzi-la, transformando milhares de grupos étnicos em outros dois – *bantos* e *sudaneses*. (OLIVA, 2003, p.447).

Ainda o capítulo continua falando do povo **banto**, que palavra significa “conjunto de pessoas” e são encontrados no centro e no sul da África, citados pelos autores do livro principalmente os da região do Congo e Angola. Sendo que o povo banto é caracterizado pela alternância do poder cultural de governabilidade, pelo matriarcado e patriarcado (COUTRIM; RODRIGUES, 2012).

A respeito do contanto entre os europeus e os africanos, em maior parte a África Ocidental, se deu por diversos motivos e consenso entre os reis africanos e os comerciantes europeus. Todavia, é interessante notar que a escravização dos negros nem sempre foi permitida, em alguns momentos ocorreu forçosamente tráfico de humanos para a América, como demonstra Coutrim e Rodrigues (2012).

Um dado muito importante, notado por nós, é que nenhum momento foi citado os termos egípcio e africano como sinônimos. Que acreditamos, tendo em vista que o Egito era um grande reino e pela sua importância e legado cultural, que poderia contribuir para valorização da cultura africana. Outro ponto, que visualizamos é que os autores Coutrim e Rodrigues utilizam “escravizado” em vez de escravo. Assim, possibilitando que os alunos vejam que ninguém nasce escravo, mas que ser escravizado é uma construção histórica, com interesses econômicos e culturais subjugando outros



povos. Nesse raciocínio, algo que visualizamos foi o pequeno espaço a respeito das religiões africanas. Em algum momento notamos a presença do Islamismo ou que “no Novo Mundo, a religião desses povos [iorubás e jejes] sofreu transformações e deu origem a **santeria**, em Cuba, e ao candomblé, no Brasil, entre outras práticas religiosas” (COUTRIM; RODRIGUES, 2012, p. 114).

Tão logo, falar em África é discorrer pela pluralidade de culturas e em épocas distintas. Às vezes acreditamos que não seja uma África, mas, sim, as Áfricas no plural pela diversidade que ela apresenta e por tudo que ela já contribuiu para a humanidade. Entretanto, os livros didáticos de história tem dificuldade em demonstrar o que as pesquisas já enfatizam: um capítulo é muito pouco para dar conta do conteúdo de História da África. Além do mais, a Lei 10.639/03 já traz a obrigatoriedade do conteúdo, basta que os professores e professoras coloquem prática as ações de concretizam desse ensino na sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, terminamos dizendo que as pesquisas em torno do livro didático – em especial o de História – vem crescendo grandiosamente em todo Brasil. As pesquisas a respeito do manual didático se justifica por diversos motivos, dentro os tais: as implicações dos interesses mercadológicas e editoriais em cima dos manuais didáticos e, também, a ‘curiosidade’ dos pesquisadores em saber quais são os tipos de conteúdo, boxes e representações que eles trazem a respeito dos povos que historicamente foram excluídos da História do Brasil.

Então podemos perceber que o livro de História traz diversas representações da África. Alguns momentos visualizamos que demonstra a pluralidade singular da África, entretanto, paralelamente percebemos que persiste as poucas páginas dedicadas a História da África ou da não existência acerca das religiosidades que deram origens as religiões



de matriz africana no Brasil. Portanto, tem momentos que o material didático obedece as exigências da Lei 10.639/03, como há outros que deixa muito a desejar.

Tão logo, com esse estudo, visa não apenas contribuir com a historiografia do livro didático de História, mas sabermos quais são as representações acerca da África que o(a)s aluno(a)s da escola pública estão tendo contato, o que acarreta diretamente nas construções identitárias do alunado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.

_____. **Lei 11.645**, de março de 2008. D.O.U. de 11 de março de 2008.

_____. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2005.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BUENO, João Batista Gonçalves. **Representações iconográficas em livros didáticos de história**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, 2003.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Rev. bras. educ.**, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set/dez. 2012.

OLIVA, Anderson Ribeiro. História da África nos bancos escolares. Representações e



imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, nº 3, pp. 421-461, 2003.

Livros didáticos

ALVES, Kátia Corrêa Peixoto. **Diálogos com a História**. Obra em 4 v. Curitiba, 2004.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História – Sociedade & Cidadania**. Obra em 4 v. São Paulo: FTD, 2009.

COUtrim, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Saber e fazer história**. Obra em 4 v. 7. ed. São Paulo: Sarava, 2012.

MELANI, Maria de Raquel Apolinário. **Projeto Araribá: história**. Obra em 4 v. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2006.